O PROCESSO, O GROTESCO E O ESTRANHO NO TEATRO POLÍTICO BRASILEIRO: indagações obscenas[1]

O PROCESSO, THE GROTESQUE AND THE *UNHEIMLICH* IN BRAZILIAN POLITICAL THEATER: obscene inquiries

Sandra Fischer [2]
Aline Vaz [3]

***Resumo**: O estudo parte da noção de 'império do grotesco' (SODRÉ & PAIVA, 2002) tomado como forma estética e política. Considerando os aspectos que caracterizam a ideia de grotesco, aproxima-se o conceito dos processos comunicacionais e midiáticos, na busca de ampliar a reflexão sobre o cenário político brasileiro por meio do filme* O processo *(Maria Augusta Ramos; Brasil, 2018). O presente trabalho concentra-se na maneira como os discursos verbais e imagéticos organizam os modos de se dar a ver do grotesco na obra em questão, examinando o* como *se manifesta ali, potencialmente, a figura do bufão na intrincada dialética das relações de poder.*

***Palavras-Chave:** Grotesco. Cinema. Política brasileira.*

***Abstract**: Based on 'the empire of grotesque' notion (SODRÉ & PAIVA, 2002), which takes the grotesque as an aesthetic and political form, and considering the aspects that characterize the general idea of grotesque, the study approaches this concept of communicative and mediatic processes, aiming at broadening the reflection on Brazilian political scene through the film* O processo *(Maria Augusta Ramos, Brazil, 2018). The present work focuses on the way in which verbal and imagistic discourses organize the ways to be seen of the grotesque in the film mentioned, examining how the buffoon figure appears in the intricate dialectic of power relations.*

***Keywords:** Grotesque. Cinema. Brazilian politics*.

---

[1] Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho *Comunicação e democracia* do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

[2] Pós-doutora em Cinema pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP); vice-líder do Grupo de Pesquisa "Desdobramentos Simbólicos do Espaço Urbano nas Narrativas Audiovisuais" (GRUDES, PPGCom-UTP / CNPq); sandrafischer@uol.com.br

[3] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP); pesquisadora associada ao GRUDES (PPGCom-UTP / CNPq); alinevaz900@gmail.com

1. Introduzindo a política do grotesco

É de juízo comum falar de algo potencialmente grotesco no teatro, na literatura, no cinema, na televisão e nas múltiplas plataformas que de alguma maneira utilizam-se de uma estética que em certa medida apresenta-se como subversão do dito 'bom gosto'. As estratégias grotescas tornam possíveis as *re-apresentações* debochadas do terrível e das proporções escandalosas que, na justaposição entre os planos da expressão e do conteúdo, acabam importunando os cânones pertencentes a uma ordem que se faz esteticamente padronizada como 'correta' e 'aceita'.

Se o grotesco é manifestação estética, constitui-se também como manifestação política. Questionando '*o que é mesmo o grotesco?'*, Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002) introduzem a discussão com diversos exemplos, elucidativos e expressos no âmbito do sistema político, dos quais destacamos dois:

> - Em abril de 2000, no auge da crise no Senado pela violação do painel eletrônico de votação, o artista plástico Siron Franco levou para o Congresso uma escultura de dois metros e meio coberta de fezes, feitas de serragem. Batizada de "O que vi pela TV", a obra ficou exposta por algumas horas aos olhares de parlamentares e estudantes. Um menina de 13 anos interpretou o trabalho: "Representa o que tem lá dentro", disse, apontando para o Congresso. Enquanto isso, o jornal inglês Financial Times dizia que "se a política, como prega o ditado, é um show business para gente feia, o Congresso brasileiro estaria promovendo uma performance que mistura teatro, novela e circo". (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 12)
>
> - "Eu sou a prova de que um mau estudante pode tornar-se presidente da república". Esta frase foi o que de mais significativo o recém-eleito (2001) presidente norte-americano George Bush teve para dizer aos alunos da prestigiosa Universidade de Yale. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 15)

À primeira vista o grotesco pode parecer uma sátira reveladora de aspectos que funcionam, digamos, em detrimento das 'personagens' envolvidas na narrativa – como no caso da escultura de Siron Franco, acima explicitado, quando o grotesco manifesta o escárnio a políticos brasileiros que, já duramente criticados por diversos segmentos da população, além da mídia local e da mídia internacional, podem ser tidos como excrementos que infectam o Congresso Nacional em Brasília ao encenarem, sem requinte algum, um arremedo atrapalhado de 'teatro do absurdo' que

mais se assemelha a uma 'palhaçada sem graça'. Em um segundo momento, pode atrair e provocar curiosidade justamente pela performance do inesperado; é o que se observa no exemplo a seguir, em que o impulso grotesco abre as portas da visibilidade midiática para a "emergente" Vera Loyola, proporcionando-lhe o *status* de "celebridade" e, inclusive, a oportunidade de protagonizar um programa televisivo:

> • Na virada do milênio, "emergente" era a palavra carioca para designar uma classe recente de novos-ricos, na maioria residentes no bairro da Barra da Tijuca. Em 99, a emergente Vera Loyola comemorou o aniversário de "Pepezinha", sua cadela de estimação, com uma festa ricamente decorada, a que compareceram dezenas de cachorros. Eram saudados por humanos, que tentavam "latir" parabéns-pra-você. O decorador da festa lamentou-se à imprensa por ter "pisado em cocô". Vera terminou ganhando um programa de tevê. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 13)

O rebaixamento como "referência frequente a deslocamentos escandalosos de sentido" (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 17) é acentuado por Loyola que, ao promover para seu animal de estimação uma festa luxuosa, paradoxalmente acontecida em meio a um cenário cravejado de fezes caninas, levanta questionamentos e debates num país assolado por medonhas, acintosas desigualdades sociais. No âmbito político do outro caso trazido à baila, George Bush utiliza-se do rebaixamento buscando dar-se a ver como homem "engraçado", capaz de rir da própria ignorância – atitude que dá margem a reflexões complexas e polêmicas, considerando que historicamente, nas formas e nos modos de governar, "essa assumida ignorância é afim a posições políticas anti-humanistas, como a defesa acirrada da pena de morte, a indiferença para com a preservação do meio ambiente, a incitação sub-reptícia à segregação de estrangeiros, a violência da extrema-direita, etc." (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 17).

No plano político, o grotesco de que se reveste a mencionada performance de Bush junto à plateia da Universidade de Yale comunica-se com a *vedete,* figura pública descrita nos estudos de Eric Landowski (2002, p. 203):

> Ela se coloca na frente, mostra tudo de sua pessoa, brilha de frente e de perfil: ela agrada, pelo o que ela é, ou mais exatamente, por aquilo que parece ser, e que pode seduzir por um momento. Como todos os fenômenos da moda, seu êxito depende em seu princípio de uma estética, mas no sentido mais trivial do termo: de uma sócio-estética do gosto, nessa mesma medida, seu favor será necessariamente local – ligado à distribuição social dos gostos – e por construção efêmero, pois, por natureza, os gostos evoluem.

Expandindo suas manifestações a vedete articula-se com a figura do *bufão*, especialista em esvaziar sentidos que, a partir do universo da representatividade e sustentando um discurso próximo do populismo, coloca em dúvida a credibilidade política beneficiando-se do desgaste do poder público – para então conquistar esse mesmo poder:

> O "falar verdadeiro" bem temperado da vedete transforma-se em sua boca numa liberdade de expressão que não reconhece limite algum. A suas provocações misturam-se ao mesmo tempo uma parte de humor suficiente para deixar entender que, por trás das pretensões à seriedade do "sistema" que eles tomam como alvo, existe tão-somente falta de sentido, e uma forte dose de ironia: se as boas maneiras da classe política são apenas uma máscara enganosa, então é preciso ser mal-educado para devolver ao jogo político um mínimo de *autenticidade*. Daí o privilégio concedido ao somático, como modo de expressão "natural", não falsificado, por oposição aos artifícios da linguagem. O bufão não se limita, com efeito, a desmistificar dia a dia certos aspectos da atualidade política por propósitos (e, de preferência, brincadeiras) que revelam supostamente o absurdo, a insignificância ou as imposturas dela; ele tem sobretudo o gênio, por assim dizer físico, de rebaixar o jogo político em seu conjunto, representando-o de novo à sua maneira, ao mesmo tempo esteticamente (segundo uma estética do mau gosto, evidentemente) e no plano da estesia, traduzindo e, se possível, tornando contagiosa a própria repugnância pela adoção sistemática de uma hexis corporal voluntariamente chocante. (LANDOWSKI, 2002, p. 205)

Consideramos, assim, que no picadeiro do *grotesco político* exibem-se as figuras de vedetes e as de bufões, reveladas por meio de uma sócio-estética do *gosto* e desenvolvendo-se num jogo pseudo-politizado que simula uma *autenticidade* agressiva, que para se dar a ver tem necessidade de retirar o opositor do palco, atacando-o e desqualificando-o até que todo e qualquer elemento que não pertença ao universo do grotesco encenado seja rebaixado ao patamar do condenável, do execrável. Sodré e Paiva (2002, p. 25) assinalam que o grotesco se dá pela catástrofe: "trata-se de uma mutação brusca, da quebra insólita de uma forma canônica, de uma deformação inesperada. A dissonância não se resolve em nenhuma conciliação, já que daí decorrem o espanto e o riso, senão o horror e o nojo".

Conforme a perspectiva do filme documentário *O processo* (Maria Augusta Ramos; Brasil, 2018), que aparelha filmagens no núcleo do sistema político brasileiro, é nessa organização grotesca mediada por vedetes e bufões que se proliferam os

trabalhos da *Comissão de Impeachment* – que em 2016 acusou e condenou a então presidenta da república Dilma Rousseff pela emissão de decretos de suplementação orçamentária sem aprovação do Congresso e pelo atraso no pagamento dos subsídios agrícolas aos bancos estatais. A figura de Dilma destituída sugere ao povo que a partir da ascensão do grotesco "os bem-aventurados também se danam e que estão todos no mesmo plano, apesar dos diferentes modos de ser. (...) como se a parte considerada inferior risse da outra, presumivelmente superior" (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 26).

No filme de Ramos, o grotesco – que tem sua terminologia advinda do italiano *grota* – retirará das grutas, ou ainda, dos porões do conservadorismo brasileiro, algo que por algum tempo esteve, se não escondido, intimidado pela soberania do Estado de direito. Ao assumir uma estética grotesca, vedetes e bufões tornam-se exibidos, não dissimulam mais a adesão a conveniências e convivências de 'boa vizinhança', desviando-se de preceitos democráticos e gerando um *estranhamento*, na medida em que trazem no bojo, entre outros elementos, resquícios do recalcado restos – ou seja, as sobras da ditadura civil-militar no Brasil instituída em 1964. Vale lembrar que o *unheimlich* – o estranhamento – a que se refere Sigmund Freud (1976), para que possa efetivar-se deverá também mediar uma identificação. Em outras palavras, para que o estranhamento evocado pelo grotesco da política brasileira se possa instaurar se faz necessária a adesão de um povo que de alguma maneira se identifica com o grotesco do discurso antidemocrático, motivado por um imaginário que em sua deformação clama uma moral anticorrupção em nome de uma família tradicional.

Integrando um amplo projeto de pesquisa sobre *Imaginário, política e modos de se dar a ver,* recém inaugurado, o presente artigo pretende observar de que maneira os discursos imagéticos e verbais organizam os modos de se dar a ver do grotesco no contexto da política brasileira, enfocada no documentário de Ramos. Examina-se, por meio de uma análise comparativa, o *como* se manifesta na obra, potencialmente, a figura do bufão personificada pela relatora do *impeachment*, a 'emotiva' Janaína Paschoal, em contraposição à presença até então consagrada (e já em crise) da imagem 'racional' e metódica do advogado José Eduardo Cardozo, jurista incumbido da defesa de Dilma Rousseff.

2. *O processo*: o grotesco do *impeachment*

Em 2016 a diretora Maria Augusta Ramos adentrou com sua câmera de cinema o cenário qual se organizava o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, a presidenta da república. Não seria a primeira vez que Ramos filmaria um tribunal, enfocado/julgado não só pelas autoridades do direito, mas também pelo olhar de suas lentes cinematográficas. *Justiça*, filme de 2004, enquadra a juíza Fátima Maria Clemente, empossada para o cargo de desembargadora da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que julgará Carlos Eduardo, enquanto a esposa do réu, Suzana, está no hospital prestes a dar à luz a filha do casal. Em 2007, Ramos lançou *Juízo*, acompanhando a circulação de alguns menores infratores entre dois universos, a II Vara de Justiça do Rio de Janeiro (infância e adolescentes infratores) e o Instituto Padre Severino. *Morro dos Prazeres*, documentário de 2013, é uma crônica sobre o cotidiano da comunidade homônima no Rio de Janeiro, um ano após a instalação de uma UPP – Unidade de Polícia Pacificadora.

Em seus três primeiros filmes, Ramos, olha para as relações de poder que se entranham nos convívios sociais. Por meio de estratégias de filmagem e de recursos de montagem, a cineasta ressalta reiterativamente um ponto de vista que desvela tanto do lado do opressor quanto o do oprimido (ainda que na maior parte do tempo diegético, diga-se, o detentor do poder de condenação se dá a ver como o algoz). A cineasta deixa que as imagens falem por si mesmas, focando gestos e olhares de personagens que nunca são direta, enfaticamente indagadas, mas quase sempre respondem, cada qual a seu modo, à presença física e simbólica da câmera.

Em *O processo*, por sua vez, o olhar de Ramos desloca-se do espaço urbano carioca e do enfoque na vida do cidadão comum (em geral, desprivilegiado), adentrando o sistema político em seu normatizado patamar maior, o Congresso Nacional e respectivas pautas: acusações e condenações ao chefe maior de Estado, a presidenta da república – que viriam acarretar consequências sociais 'extremas' para (toda) a população brasileira. O consequente processo de *impeachment* –

filmado por Ramos – será tomado pelo tensionamento de dois lados[4]. O documentário se organizará entre as imagens internas no Congresso Nacional, exibindo votações e discussões que determinaram a destituição da presidenta Dilma Rousseff, e imagens externas do povo tomadas por entre os que bradam pelo *impeachment* e aqueles que denunciam um possível golpe. O filme inicia a narrativa com um plano geral que ressalta a cisão entre os vermelhos (petistas) e os amarelos (envoltos na atmosfera do antipetismo) (FIG. 1) – o abismo que se forma entre os emblemáticos edifícios monumentais que representam os três poderes da República (Palácio do Planalto, Poder Executivo; Supremo Tribunal Federal, Poder Judiciário; Congresso Nacional, Poder Legislativo) e o povo – relegado 'à margem de...', posto que autorizado a ocupar, em suas manifestações, apenas e tão somente as estreitas faixas situadas nas extremidades do amplo espaço em que se assentam, na capital do país, os referidos prédios.

FIGURA 1 – Brasília, o Congresso Nacional e o povo.
FONTE – *Frame* do filme *O processo.*

[4] Com a reeleição do Partido dos Trabalhadores - PT, em 2014, o Brasil foi tomado por dois imaginários que dividiram o país entre "coxinhas", aqueles que contestavam o plano de governo vigente (em geral englobando o imaginário de uma classe média insatisfeita), e "mortadelas", reconhecidos pelo apoio dado aos anos de governo petista, iniciado em 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência.

É nesse cenário que se evocam os votos dos deputados que com o *Sim* posicionam-se a favor do processo de *impeachment* da presidenta e com o *Não* alinham-se em defesa do governo de Rousseff. Televisionados por emissoras de canais abertos, deputados que votavam pelo *Sim* discursavam em prol de Deus e da família, outros até exaltavam o governo ditatorial brasileiro iniciado em 64 e seus respectivos torturadores; deputados que votavam pelo *Não* reivindicavam a soberania do voto popular, o respeito aos direitos humanos e a seguridade da democracia. Ramos seleciona em sua montagem *11 votos de deputados federai*s atentando para os opostos discursos entre o 'Sim' (pró-impedimento) e o 'Não' (contra o golpe), sendo que após seis horas de votação no plenário da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016 parlamentares aprovaram a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff – com 367 votos a favor, 137 votos contrários, 7 abstenções, e 2 ausências. Seguem-se aqui algumas das falas de deputados, extraídas do filme *O processo*:

> **Deputado 01 –** Por minha família, pela minha guerreira Chapecó, pelo meu estado de Santa Catarina, e pra quebrar a espinha dorsal desta quadrilha, eu voto sim, Sr. Presidente.
> **Deputado 02 –** Pela minha família, mas principalmente pelo meu pai, que foi quando prefeito do Rio, prefeito Cesar Maia, atropelado pelo governo do PT. O PT gasta a constituição no Rio e rasga a constituição aqui. Meu voto é sim.
> **Deputada 03** – Pela democracia, pela soberania do voto popular, pela dignidade humana, por todos que lutaram contra a ditadura militar, eu voto não a este golpe.
> **Deputado 04 –** Pela minha família, eu voto sim ao impeachment.
> **Deputado 05 –** Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas nossas esposas amadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim.
> **Deputada 06 –** Primeiro: registrar a minha indignação, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nesta cadeira, sem unir condições morais para isso. Segundo: a minha indignação de vê-lo abraçado com o traidor da democracia que tenta usurpar a cadeira da presidenta, que é o senhor Michel Temer, que não teve voto para tal. Terceiro: quero expressar, aqui, que ficou muito claro para a sociedade brasileira qual é a aliança pelo impeachment, que reúne corruptos, torturadores, como Jair Bolsonaro, e traidores (inaudível) Eu voto não, contra o golpe.
> **Deputado 07 –** Pelos militares de 64, hoje e sempre, pelas policias, em nome de Deus e da família brasileira, é sim.
> **Deputado 08 –** Estou constrangido de participar dessa farsa, dessa eleição indireta conduzida por um ladrão, por um traidor conspirador e apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos. Essa farsa sexista. Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas

> periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem teto, dos sem-terra, eu voto não ao golpe, e durmam com essa, canalhas.
> **Deputado 09** – Que Deus tenha misericórdia dessa nação, voto sim.
> **Deputado 10** – Em homenagem ao povo trabalhador que hoje está nas ruas resistindo contra o golpe e dando razão ao senhor quando disse misericórdia, que Deus tenha misericórdia desse país, tem que ter mesmo, porque o senhor é o cerne da corrupção nesse país, presidindo um tribunal que vai julgar uma mulher honrada. E presidente não se iluda, esse seu sorrisinho, o senhor é a bola da vez no Supremo Tribunal Federal. É não!
> **Deputado 11** – Contra um partido que utiliza da política externa nacional para utilizar recurso do país para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias. Contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças. Por melhores dias para o nosso país livre dessa quadrilha que se entranhou no nosso seio e com todo coração, sim.

Ramos enquadra a contraposição dos votos dos deputados: o *Sim* trazendo em sua essência valores morais e religiosos em prol da preservação da família tradicional e da fé em Deus – discursos pautados no âmbito do *privado*; e o *Não* atrelado à ordem do *público,* denunciando ilegalidade na gênese e na condução do processo de *impeachment*, tido como uma manifestação que afronta a democracia (ferindo a soberania do voto popular) e se estabelece como golpe. As manifestações de votos dos deputados viriam a prenunciar as posturas adotadas pelos advogados que conduziriam o processo de impedimento: Janaína Paschoal[5], autora denunciante, e José Eduardo Cardozo[6], defensor de Dilma Rousseff.

[5] Janaína Paschoal, advogada e professora universitária, lançada pelo PSL (Partido Social Liberal), em 2018, foi a deputada estadual mais votada da história – ficando em primeiro lugar na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo, com 2.060.786 votos, o equivalente a 9,88% do total. (O GLOBO; 2018)

[6] José Eduardo Cardozo, jurista, político e professor universitário, iniciou a vida pública em 1989, como secretário municipal de Governo de São Paulo durante a administração da prefeita Luiza Erundina. Nas eleições estaduais e federais de 1994 conseguiu a titularidade no legislativo estadual – reelegendo-se em 1996. Foi proponente das denúncias de corrupção contra vereadores da bancada que então apoiava o prefeito Celso Pitta, do PPB (Partido Progressista Brasileiro), feudo de Paulo Maluf. Presidiu a chamada CPI Máfia dos Fiscais: três parlamentares envolvidos no escândalo tiveram cassados os mandatos e os direitos políticos. Reeleito em 2000, ocupou a cadeira de presidente da Câmara Municipal de São Paulo, ali promovendo reforma administrativa que resultou na extinção de algumas vantagens salariais. Licenciou-se para disputar uma vaga de deputado federal, elegendo-se com mais de 300 mil votos, uma das maiores votações do PT no estado. Foi indicado, de 2005 a 2008, um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Ao lado de Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda, Cardozo foi um dos principais articuladores da vitoriosa campanha de Dilma Rousseff à Presidência. Em dezembro de 2010 foi anunciado como o novo ministro da Justiça e em 2016 foi incumbido da defesa de Rousseff, então alvo de acusações que culminaram na destituição da presidenta. (iG São Paulo; 2013)

2.1 Processos verbais de duas figuras

Naquilo que se dá a ver das manifestações verbais em juízo – de acusação e de defesa – no filme de Ramos, figuram dois momentos de discursos proferidos por Janaína Paschoal durante o processo de *impeachment* no Congresso Nacional e outros quatro momentos protagonizados por José Eduardo Cardozo. Há duas ocasiões em que as locuções de Janaína e de José Eduardo são organizadas, por meio da montagem, em sequências que estimulam a percepção acurada da intrincada dialética que tem lugar entre ambos:

> Eu tinha obrigação moral de trazer isso a conhecimento de vossas excelências que são os juízes da causa. Então, eu digo a vossas excelências, que vossas excelências tenham absoluta tranquilidade para receber a denúncia. É claro que como denunciante eu solicito que recebam na integra, porque isso tudo forma um todo, que mostra o golpe do qual o meu país foi vítima. Vossas excelências acham que eu não teria gosto de ver uma mulher ter sucesso na presidência da república independentemente do partido? Eu sou brasileira, eu amo essa terra, mais que tudo. Eu estou aqui porque eu sou brasileira, esse é meu partido. Eu nunca votei no PT, mas quando a presidente Dilma deu a entrevista pro Fantástico, dizendo que ela sonhava ser bailarina, eu chorei. A bailarina se perdeu, a bailarina se perdeu e não me deixou alternativa. Na condição de brasileira, na condição de advogada, na condição de professora de direito penal, na condição de amante, apaixonada pela Constituição Federal, eu não tinha alternativa. Depois do meu discurso no Largo São Francisco eu tenho recebido telefonemas de jornalistas até do exterior, perguntando se eu sou pastora ou se eu sou mãe de santo. E eu respondo a eles: eu não tenho a iluminação necessária nem pra ser pastora, nem pra ser mãe de santo, e compreendo que num estado laico se eu fosse pastora ou se eu fosse mãe de santo o meu trabalho jurídico não seria menor, porque estado laico não é estado ateu, estado laico é um estado que faz que todas as religiões convivam bem. Então, eu se fosse pastora ou mãe de santo ou professora de catecismo teria honra em confirmar, mas eu não sou, eu sou apenas uma professora de direito, e numa república esse é o livro sagrado. Esse é o livro sagrado que permite que todos os outros livros sagrados sejam respeitados e convivam bem. O que eu quero excelências é que as criancinhas, os brasileirinhos que estão me ouvindo, que eles acreditem que vale a pena lutar por esse livro sagrado, que o PT não assinou. (PASCHOAL; 20m28s – 23m51s).

> Este processo de impeachment não está sendo realizado em conformidade com a Constituição. Não há crime de responsabilidade. Houve um pretexto, houve uma flagrante ilegalidade nesse processo no período que ele se faz realizar na Câmara. É por isso que digo, em se consumando o impeachment nesses moldes, efetivamente, haverá um golpe. É notório e fartamente documentado por matérias da imprensa – e fato notório não precisa de prova, segundo o direito, que o senhor presidente Eduardo Cunha abriu esse processo no segundo imediato seguinte em que a bancada do Partido dos Trabalhadores não quis lhe dar os votos para que pudesse escapar do seu conselho de ética. Ou seja, ele tinha o processo, ele estava submetido,

perdeu o apoio da oposição, que fez uma nota pública dizendo que iria votar contra ele. Então, ele claramente, conforme vários dias antes foi noticiado pela impressa, ameaçou o governo: ou me dão os votos para eu me absolver do conselho de ética ou abro impeachment. O PT soltou uma nota dizendo que não apoiaria, ele abriu imediatamente, imediatamente, esse processo de impeachment. Segundo lugar, não há dolo e não há ato. Quem gere este programa do Plano Safra, não é a Presidente da República, é o Ministro da Fazenda. Como é que supera isto o seu relator, o denunciante? Ele fala que ato da presidente está em dois casos, primeiro que ela fez conversas, ela conversava sempre com o Arno. Conversas? Quer dizer que se eu converso com o senador, o senador mata alguém, "ah ele conversou, olha, você é coautor do homicídio". O que é isto? De onde você tira uma coisa desta? Conversa ser ato jurídico? Conversa que nem se sabe o objeto? E a prova da conversa é uma matéria de jornal. Que ela conversava sempre com o Arno, secretário do tesouro. E ainda me diz o seguinte: que se não fosse isto, veja a alternativa, eu jogo duplo, né? Se não foi esse ato é outro, é omissão. Ou seja, eu jogo duplo, é omissão. Omissão? Para que exista uma caracterização de situação omissiva é necessário que eu tenha um dever específico descumprido. Qual o dever específico descumprido? Nenhum. Invoca-se o artigo 84 da Constituição pra dizer que a Presidente da República ela gere todo o sistema. Bom, então, eu posso pedir o impeachment porque alguém rouba um grampeador. Será isso? (CARDOZO; 24m09s – 26m31s).

É necessário que o mundo saiba que nós não estamos tratando aqui de questões contábeis. Por isso eu perguntei pra um dos professores, acho que o próprio Prof. Prado: Professor, o que foi dito para os colegas professores estrangeiros pra eles se convencerem de que foi golpe? O que foi dito a eles? Foi dito que a Presidente está sendo afastada com base em três decretos? Foi dito que ela tá sendo por causa de um probleminha de contabilidade? Se foi isso que foi dito é razoável que eles estejam pensando que é um golpe. Ou foi dito que nós, povo brasileiro, fomos vítimas de uma fraude? O mal do PT de ser é esse. É o PT que nega os fato, nega a realidade, nós não aguentamos mais a política do marketing, nós queremos líderes que olhem nos nossos olhos. Então, eu conto com Vossas Excelências, pra que nós possamos garantir um Brasil melhor para as nossas crianças. Muito embora eu esteja convicta de que eu tô certo, de que eu tô fazendo certo, mesmo quando eu tô certa eu reconheço que as minhas atitudes podem gerar sofrimento para as pessoas. E mesmo estando certa eu peço desculpas. Finalizo pedindo desculpas pra Senhora Presidente da República, não por ter feito o que era devido, porque eu não podia me omitir diante de tudo isso, eu peço desculpas por que eu sei que a situação que ela está vivendo não é fácil, eu peço desculpas porque eu sei que muito embora esse não fosse meu objetivo eu lhe causei sofrimento. Eu peço que ela um dia entenda que eu fiz isso pensando também nos netos dela. Eu agradeço. (PASCHOAL; 01h57m42s – 01h59m47s)

Na época da ditadura militar Dilma Vana Rousseff sentou no banco dos réus por três vezes, passou três anos presa, teve seus direitos políticos suspensos, foi brutalmente torturada, foi atingida na sua dignidade de ser humano. E é possível que naquele momento alguns de seus acusadores tomados por uma crise de sentimentalismo tenham lhe dito: menina, nós estamos te prendendo e te torturando pelo bem do país, nós estamos pensando nos seus filhos, nos seus netos, estamos aniquilando com a sua vida, mas estamos pensando em você, menina. Estamos te destruindo e te arrasando, mas estamos pensando no seu bem. As vezes acontece assim com os acusadores, subitamente têm uma crise de consciência, mas não

> conseguem com ela eliminar a injustiça do seu golpe, podem pretender construir uma situação, uma sensação de humanidade, mas não conseguem objetivamente. Hoje, Dilma Vana Rousseff senta novamente no banco dos réus, após a Constituição de 88, após a construção democrática, após termos afirmado o Estado de direito, ela hoje não é mais uma menina, é mãe e avó. Ela hoje é uma mulher que foi eleita Presidente da República Federativa do Brasil, por mais de 54 milhões de votos, a primeira mulher eleita Presidente da República do Brasil. E do que ela é acusada? Hoje nós sabemos, mas talvez daqui algum tempo ninguém mais se lembre das acusações que são dirigidas contra Dilma Rousseff, como não se lembram hoje das acusações que eram dirigidas contra ela. O que dirão? Ela foi acusada porque ousou ganhar uma eleição afrontando interesses daqueles que queriam mudar o rumo do país, ela foi condenada porque ela ousou não impedir que investigações contra a corrupção no Brasil não tivessem continuidade. Os pretextos? Esses ficarão nos autos, no pó, no pó do tempo. Eu não tenho mais nada a dizer, os autos falam por mim. Muito obrigado. (CARDOZO; 02h00m10s – 02h03m21s)

Em seu posicionamento público, enquadrado pelas lentes de Ramos, Janaína Paschoal não se refere à denúncia como uma obrigação legal, jurídica ou política, mas uma obrigação *moral* – associada, portanto, a um determinado viés cultural, educacional ou religioso, a um contexto a que o sujeito do discurso foi exposto e ao qual aceita pertencer. A moral[7] pode orientar o comportamento do homem diante de normas instituídas por determinado grupo social, atreladas a um imaginário pertencente a uma ordem "sacra"; de certo modo, vigora também no seio do patriotismo, pois tem ligações com o sentimento de pertença – "Em suma, para Durkheim, ser moral é *obedecer* aos mandamentos de um "ser coletivo" superior que inspira o sentimento do sagrado por ser temido e desejável" (DE LA TAILLE, 2007, p. 13). Essa moral comunica-se com um conceito de imaginário referido por Michel Maffesoli (2001, p. 76) como "algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo". Apesar da possibilidade de se dizer "meu" ou "teu" imaginário, "quando se examina a situação de quem fala assim, vê-se que o "seu" imaginário corresponde ao imaginário de um grupo no qual se encontra inserido". É, portanto, "o estado de espírito de um grupo, de um país, um Estado-nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual".

[7] A partir da psicologia moral é possível ao menos considerar quatro abordagens representativas: Émile Durkheim e Sigmund Freud nas dimensões afetivas, e Jean Piaget e Lawrence Kohlberg as dimensões racionais. (DE LA TAILLE, 2007)

Paschoal, em sua moral (ou moralismo?), exalta um imaginário patriota, utilizando-se de uma expressão adotada como refrão pelos antipetistas, em geral, bolsonaristas – *'Meu partido é o Brasil'*. Essa frase não revelará aleatória ou gratuita, pois, como apontamos ao tratar das formas e modos de se dar a ver do bufão, com seu discurso tipicamente populista, no caso em pauta verifica-se um 'extremo' esforço em estimular um imaginário avesso a tudo aquilo que vem atrelado a determinada ordem institucional partidária – mirando especialmente no partido político que ocupa a cadeira presidencial, ou seja, o Partido dos Trabalhadores. Nesse contexto, as personalidades públicas que irão conquistar espaço popular no Brasil serão, em geral, pessoas que expressam aborrecimento, negação e ataque a tudo o que diz respeito (em amplos termos políticos, econômicos, institucionais, sociais, etc.), ao governo vigente. Jair Bolsonaro, o presidente eleito em 2018, 'veste essa camisa' (FIG. 2):

FIGURA 2 – Foto de Bolsonaro em campanha presidencial 2018.
FONTE – *Instagram:* @jairmessiasbolsonaro

Além da moral patriota, ressoa nas palavras da relatora também o discurso em prol da religiosidade: a advertência de que um estado laico não deve ser um estado ateu. Potencialmente, esse posicionamento não só assegura a tolerância religiosa, mas a acolhida de preceitos devotos em sua denúncia contra a presidenta da

república – assim, como já fizeram os deputados federais em seus votos pela abertura do *impeachment.* A Constituição ressignifica-se: de um livro que garante direitos e deveres perante a lei do país, é tomado nas mãos de Paschoal como um livro sagrado que deverá ser defendido no plano da 'fé' pelas famílias brasileiras, para tanto alardeando inclusive a necessidade premente de se defender o futuro das 'criancinhas', dos 'brasileirinhos', na busca de afetar o sensível de pais, adultos eleitores, que se sentem tocados por uma luta que se articula em prol de uma profética virada política – que se dá a ver como verdadeiro resgate moral.

Já em contraposição ao discurso de acusação de Janaína Paschoal, José Eduardo Cardozo utiliza-se da Constituição, considerada, enquanto objeto simbólico mediado pelo sensível, como amparo legal para refutar a acusação de crime de responsabilidade qual Dilma Rousseff é acusada: segundo a defesa, o crime, constitucionalmente, não existiria; portanto, uma vez consolidado o *impeachment*, o que se efetivaria seria um golpe de estado travestido de impedimento. Ainda, Cardozo, em defesa de Rousseff, observa que não houve dolo nem ato jurídico, ou seja, não existiu por parte da presidenta a decisão de violar a lei, por ação ou omissão, como se esforçava em fazer parecer o relatório da acusação.

Em outro pronunciamento de Paschoal, selecionado pela montagem de Ramos, nota-se o empenho em esclarecer que de fato o *impeachment* não estaria, exclusivamente, baseado nos decretos assinados por Dilma ou pelos supostos problemas de contabilidades – argumentos, em certa medida, refutados e puídos pela defesa que incansavelmente indicou ilegalidade do processo; na palavra da acusação, Dilma seria condenada por integrar o Partido dos Trabalhadores – pelo fato de o PT ser o PT –, que para Paschoal e seus aliados tratava-se de um partido político regido pelo *marketing* e numa sociedade que exige autenticidade (em termos *bufonescos*, diga-se) isso seria o imperdoável. Buscando dar-se a ver com a roupagem da dita autenticidade que vem cobrar do sistema político, Janaína, em meio ao choro incontido, pede desculpas pelo sofrimento causado a Dilma Rousseff, e novamente, em defesa da família tradicional brasileira, evoca as crianças desse país – os netos da presidenta inclusive (clara tentativa de atingir diretamente o sensível de mães, pais, avós, avôs).

Já Cardozo, por seu turno, explicita que emana do discurso de Paschoal certo estranhamento que evoca o reprimido, aflora o recalcado. A partir do pedido de desculpas da advogada, o jurista alude aos tempos ditatoriais em que Dilma fora encarcerada por 3 anos, tivera seus direitos políticos suspensos e sofrera brutais torturas. Como em 2016, nos tempos ditatoriais, Dilma já havia sentado no banco dos réus, certamente pelas mesmas ditas justificativas: 'pelo bem do país e dos brasileiros, inclusive, para o bem de Dilma e seus descendentes'. Segundo a defesa, o estranhamento que se aloja nos discursos de inquisidores retorna sempre e na medida do esforço que fazem em mostrarem-se sensíveis: aniquilam-se seres humanos justificando-se humanidade, condenam-se uns em prol da "defesa" de supostos outros, tudo pelo bem de todos. No caso da acusação de Dilma a história, aparentemente, estaria empenhada – estranhamente – em oprimir Dilma Rousseff rimando uma narrativa que tenta a todo custo excluí-la, seja na juventude quando militante ou na maturidade enquanto Presidenta da República.

2.2 Processos visuais de dois verbos

Em *O processo* a palavra expressa de Janaína Paschoal e a de José Eduardo Cardozo articulam-se em estreita consonância às imagens de cada um, elucidando e reforçando posturas discursivas que ambos dão a ver em suas respectivas aparições públicas. Na *mise-en-scène* focalizada pelo documentário, Janaína Paschoal é enquadrada sempre pelo exagero que exibe sua corporalidade na tela (FIG. 3), que infere uma estética do grotesco por meio de expressões faciais frequentemente marcadas pelas lágrimas, o choro incontido funcionando como uma espécie de desfecho dramático a sublinhar suas expressões verbais. A advogada bebe um achocolatado em caixinha, da popular marca *Toddynho* – uma bebida acriançada que de nada agrega a uma figura jurídica, além de um imaginário infantilizado (em termos pejorativos). Prestes a relatar a acusação contra a presidenta da república, Paschoal surge nos enquadramentos de Ramos realizando uma espécie de aquecimento, como se estivesse prestes a empreender grande esforço físico: de fato, o que dela salta a nossos olhos, muito mais do que a verbalização, são seus gestos, suas expressões,

seu lamento lacrimoso. O final de seus dois discursos é regado a choro, a fala é pautada na emoção: mais que revelar fatos, apontar leis e supostas subversões de carácter criminoso, evidencia-se o desejo de sensibilizar. Em consonância aos deputados que votaram pelo *Sim*, Paschoal eleva seu posicionamento a uma ordem prioritariamente pertencente ao privado: ela fala da família, em especial das crianças, assim adentrando os lares brasileiros. Encena em suas articulações corporais gestos de líderes religiosos que empunham livros sagrados, em um aceno rápido e feroz segura na mão e eleva às alturas um exemplar da Constituição: cerra os olhos e chora, não é mais o conteúdo constitucional que se coloca em primeiro plano, mas a simbologia de um livro sagrado que autoriza fundamentações amparadas não mais em critérios técnicos, jurídicos, mas, na crença, na fé individual – pode-se acreditar naquilo que não se vê, portanto – num crime ante o qual não se faz necessário revelar a concretude de incisivas provas.

FIGURA 3 – Expressões corporais – artificiais, exageradamente encenadas? – de Janaína Paschoal.
FONTE – *Frames* do filme *O processo.*

A figura de José Eduardo Cardozo, por sua vez, surge nas lentes de Ramos como um advogado alinhado em seu embasamento jurídico, fundamentado no Direito e operando de maneira diametralmente oposta ao adversário que navega – a esmo e desavisadamente? – no mundo das ideias. Cardozo deliberadamente empenha-se, assim, em ressaltar elementos factuais e preceitos constitucionais: não é a paixão que o domina, é a justiça que insiste e se manifesta em dados, provas, aplicações legais. O jurista não coleciona gestualidades demasiadas, sua presença em momento algum chama a mesma atenção que a de Paschoal; trata-se, aparentemente, de um homem moderado que mostra incômodo com a presença de inúmeras câmeras em seu entorno. Enquanto Janaína posa para fotos e concede entrevistas, extravasando uma alegria supostamente espontânea, Cardozo deixa transparecer certa desorientação: enquadrado, fotografado, filmado pelo olhar de Ramos, parece não saber exatamente para onde direcionar-se; acaba por mirar diretamente a câmera de *O processo* (FIG. 4) – dispositivo onipresente, que termina revelado pela indiscrição do olhar de Cardozo; em outra cena, quando um fotógrafo – amador? – ao deparar-se com dificuldades para operar o telefone celular demora a captar sua imagem obtendo a foto almejada, Cardozo resmunga manifestando insatisfação com a incompetência do outro, ao mesmo tempo em que mantém os olhos inquietos, dividindo-se no trânsito entre o aparelho celular e a câmera de Ramos (FIG. 5), uma vez mais denunciada. Cardozo, espontânea e involuntariamente (ou nem tanto?), inscreve na tela seu depoimento de que não se encontra ali para encenar e nem para emocionar, mas sim para cumprir seu papel profissional de advogado de defesa.

FIGURA 4 – Atente-se à expressão corporal de José Eduardo Cardozo, posicionado no canto esquerdo da tela.
FONTE – *Frame* do filme *O processo.*

FIGURA 5 – Note-se, aqui, a expressão facial de José Eduardo Cardozo – efetivamente contrafeito?
FONTE – *Frame* do filme *O processo.*

A perspectiva de Ramos, empenhada em registrar os contrários de um dado cenário político, enfatiza a atuação de um lado que representa a política vigente e a de um lado outro, oponente, que avança para destituí-la. A oposição ao governo, ali, centrada na figura de Janaína Paschoal, enquadrada no interior de uma estrutura fílmica que revela o grotesco, articula os preceitos do *bufão* levando o populismo até as raias da caricatura e alcançando notoriedade. Propondo-se a negar o sistema político em tela, o grotesco bufão esvazia discursos e coloca em dúvida a credibilidade política enquanto universo de sentido, beneficiando-se do desgaste do poder público visando a, justamente, chegar a tal poder: substitui-se "uma convenção cenográfica por outra" – a estética da politicidade polida pela estética do mau-gosto, do trivial e do grosseiro – "se a primeira se mostrava explicitamente como representação, a segunda, por sua vez, procura enganosamente negar-se como tal. O que, no primeiro grau, era tão-somente convenção transforma-se, então, no segundo, em ilusão" (LANDOWSKI, 2002, p. 207). O "novo", que tão somente é o "outro", não é a mudança, nem a renovação; não propõe e sim ataca, meramente, aproveitando-se da confortável condição de não se constituir como o poder vigente, então representado pelo Partido dos Trabalhadores:

> Assim, portanto, não é o poder que mudou (...), mas os eleitores que se cansaram por terem tido as mesmas cabeças por tempo demais sob os olhos e que, por isso mudaram de humor: (...) os mesmos que têm levado ao poder certa equipe, doravante "não podem mais vê-la". Mais que a ação a maioria que sai, é o própria presença dela que não se suporta mais, e é ela que é preciso substituir, qual que seja a mudança de orientação que possa disso resultar. Se a oposição não tem necessidade de um programa para ganhar, reciprocamente, a maioria que sai não tem necessidade tampouco de ter agido "demais" ou "mal" ou "não o suficiente" para que se peça sua partida: basta que ela *tenha sido*, assim como basta que o ano que termina ou que a moda que passa tenham sido para que o ano novo ou moda seguinte sejam bem-vindas (LANDOWSKI, 2002, p. 118).

Por essas e outras, Janaína Paschoal pode amparar-se em valores morais, pode afirmar que o impedimento de Dilma não se dá motivado por decretos inadequados, pedaladas fiscais, problemas de contabilidade, mas sim, segundo ela, pelo fato de o povo brasileiro ter sido vítima de uma fraude. Qual fraude? Para a oposição, o PT se faz fraudulento por negar o caráter desesperador e deletério da realidade (?) que se apresenta. Em suas palavras: "nós não aguentamos mais a política do marketing, nós queremos líderes que olhem nos nossos olhos". Discurso esse que viria se consolidar no bolsonarismo consagrado pela vitória na eleição presidencial em 2018, reiterando-se o popular como uma exaltação de autenticidade, que poderá inclusive ser impertinente e grosseira, desde que negue as premissas partidárias e confronte politicidades associadas ao Partido dos Trabalhadores. Como bem sinalizou Cardozo, ao referir-se ao relatório de *impeachment* – de responsabilidade do senador Antônio Anastasia – como um texto navegante no mundo das ideias, é justamente essa a estratégia que fortalecerá o antipetismo: o grotesco, o encorajamento das opiniões privadas, daquilo que se quer obstinadamente dar a ver, o enaltecimento da acusação e consequente condenação (questionável, diga-se) do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da explosão (fomentada, note-se) de *fake news* disseminadas durante e pós-eleições 2018.

Note-se, assim, que o imaginário político evocado por Janaína Paschoal inscreve-se no plano ideológico, envolvendo o racional e a sensibilidade. Para além da argumentação persuasiva, impõe-se a sedução, enfatiza-se o império das emoções. "Em política, cada vez mais a persuasão, caso se aceite este oxímoro,

funciona pela sedução. Convence-se pela emoção. O imaginário político trabalha a argumentação através de um arsenal de mecanismos emocionais (...)" (MAFFESOLI, 2001, p. 78). É assim que se constituem no Brasil do presente momento as personalidades (celebridades?) políticas, por meio de uma moral ou um moralismo de apelo emocional, fortalecendo discursos que nascem de emergências comuns e tornam-se representativas de uma aura grotesca que impregna determinados grupos sociais motivados, em geral, por enlaces antipetistas.

3. Inconclusões de uma política em processo

No fim do século dezessete, a forma grotesca atrelava-se ao ridículo, bizarro, extravagante; o termo sofre mutações de acordo com os princípios vigentes, em geral associando-se aos desvios dominantes, de uma ordem burlesca, constituindo-se no século dezenove como uma categoria estética. Entendendo que o grotesco instaura-se como uma 'catástrofe' ocorrida por intermédio de insólitas rupturas canônicas, dada por padrões repetitivos e previsíveis que determinam mutações bruscas e deformações inesperadas, o estudo aqui introduzido assumiu a noção de 'império do grotesco' postulada por Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002). A ideia de grotesco com que dialogamos neste trabalho se fez presente, em síntese, na sensibilidade espontânea (será mesmo assim, espontânea?) de uma forma de vida que, pelo ridículo ou pela estranheza, ameaça as representações idealizadas, desfigura, permite a desconstrução daquilo que teria sido elevado a planos superiores.

Nessa perspectiva, justapondo o conceito de grotesco aos processos comunicacionais atinentes ao cinema, buscamos ampliar a reflexão política sobre o Brasil dos últimos tempos a partir do documentário *O processo*, que enfoca os bastidores do cenário em meio ao qual se deu, em 2016, o *impeachment* da presidenta da república Dilma Rousseff. Observando, nos arranjos estéticos e nas articulações imagéticas, as homologações que se verificam entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, foi possível vislumbrar aspectos do grotesco que se revelam nas organizações e manifestações de oposição ao governo então em curso – no âmbito das quais, no provável intuito de gerar impressão de proximidade com o popular,

proliferam os discursos baseados na família, na religião, nos “homens de bem”, esforçando-se sempre em negar um sistema político que, mesmo titubeante e mal das pernas, era ainda vigente – ocasionando, assim, a ascensão de figuras ‘bufonescas’. Renúncias ao debate intelectual e ao zelo jurídico promovem acusações/condenações em defesa de imaginários ideológicos, da moral ilibada, dos “bons costumes”, dos “direitos humanos para humanos direitos”.

Paulatinamente, a presença de algo estranho ganha corpo: um algo *estranho* que, tomado nos termos de Freud (1976), instala-se no campo da tela e simultaneamente, se bem olhado, no teatro exterior. No processo que tramita na tela, o faz revelando muito menos as vestes da justiça do que as do carrasco – cujos panos, tecidos pelos fios da incitação à ditadura, atam-se costurados com as agulhas da exortação a líderes torturadores: tristes toscos tecidos rotos (restaurados?), tristes tortas agulhas mortas (endireitadas?). No cotidiano fora da tela, o estranho se aninha por entre uma multidão de gente direita (extremamente direita?), que na certeza do tudo errado bate panela e perfila-se ao lado de um povo que clama mudança. Forças messiânicas ganham espaço prometendo mudança, estranhamente, justo por meio de discursos e modos de se dar ver que nas entrelinhas (não só) e no entre-imagens (não apenas) insinuam a repetição do mesmo, de um já visto que se traveste de novidade.

Ramos inscreve em suas imagens – documentais – o reprimido que retorna: o autoritarismo que impregna o país do ‘carnaval’, aqui resgatado o sentido primeiro da etimologia da palavra: carnaval significando ‘procissão dos deuses mortos – destronados’. E quais seriam esses deuses fantasmáticos? Que fantasias usariam? A de liderança renegada e deposta, trazida do passado próximo? A de líder abortado, pretérito julgado (im)perfeito e hoje encarcerado? A de rei prometido, cetro em riste e coroa de lata, vinda do futuro do presente? Obscenas indagações, obscenas respostas. Encobertas, na tela de *O processo*, pela cortina de fumaça que protagoniza as derradeiras imagens; na dita realidade do aqui [e agora?...], pelo manto de incerteza, susto e assombro que se estende país afora. Estranhamentos. Um golpe e tanto na gente toda.

Referências

Autora do impeachment de Dilma, Janaína Paschoal é deputada estadual mais votada da História. **O GLOBO**. 2018. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/brasil/autora-do-impeachment-de-dilma-janaina-paschoal-deputada-estadual-mais-votada-da-historia-23138019>. Acesso em: 15 fev. 2019.

DE LA TAILLE, Yves. **Moral e ética:** dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

FREUD, Sigmund. **O 'Estranho'**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVII (1917-19). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

José Eduardo Cardozo: 60 mais poderosos do país. **iG São Paulo**. 2013. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/os-60-mais-poderosos/jose-eduardo-cardozo/51ffbd29ac6565f07f00000b.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro:** ensaios de sociossemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAFFESOLI, Michel. "O imaginário é uma realidade". In: **Revista Famecos**, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2001.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2002.